



## **Câmara Municipal de Cabo Frio**

Av. Assunção, 760 - São Bento - CEP: 28906-200 - CABO FRIO\RJ

CNPJ: 29.880.739/0001-17 - Tel: 22 26400700 - Site: [www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br](http://www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br)

PROJETO DE LEI Nº 0020/2026

Em, 04 de fevereiro de 2026

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DISCIPLINAR O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE FOTÓGRAFOS PROFISSIONAIS E AMADORES EM PONTOS TURÍSTICOS E ESPAÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a disciplinar o exercício da atividade de fotógrafos profissionais e amadores em pontos turísticos e demais espaços públicos de interesse turístico do Município de Cabo Frio.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se pontos turísticos e espaços públicos de interesse turístico aqueles oficialmente reconhecidos ou assim definidos em regulamento próprio.

Art. 2º - A disciplina a que se refere o artigo anterior deverá observar, dentre outros, os seguintes princípios:

- I – a garantia do livre exercício da atividade profissional e artística;
- II – a organização do uso dos espaços públicos, de forma a assegurar a convivência harmônica entre fotógrafos, turistas, moradores e demais usuários;
- III – a preservação do patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico do Município;
- IV – a vedação de qualquer forma de exclusividade, reserva de mercado ou monopólio em áreas públicas;
- V – o incentivo ao turismo, à cultura e à economia criativa local.

Art. 3º - A eventual regulamentação pelo Poder Executivo não poderá impor restrições desproporcionais ao exercício da atividade, devendo priorizar medidas orientadoras e educativas.

Art. 4º - No caso de exercício da atividade de fotografia com finalidade comercial em pontos turísticos e espaços públicos de interesse turístico, o Poder Executivo poderá, em regulamento, estabelecer critérios de cadastramento, priorizando profissionais com vínculo comprovado com o Município de Cabo Frio, inclusive por meio de associação a entidades representativas legalmente constituídas no Município.



### **Câmara Municipal de Cabo Frio**

Av. Assunção, 760 - São Bento - CEP: 28906-200 - CABO FRIO\RJ

CNPJ: 29.880.739/0001-17 - Tel: 22 26400700 - Site: [www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br](http://www.transparencia.cabofrio.rj.leg.br)

Art. 5º - A disciplina do uso dos espaços públicos para a atividade de fotografia deverá assegurar que não haja obstrução de vias, prejuízo à circulação de pessoas, nem interferência no funcionamento regular dos equipamentos públicos.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá promover ações de diálogo e participação com os profissionais da área, entidades representativas e demais interessados, visando a construção de normas equilibradas e eficientes.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de fevereiro de 2026.

ALFREDO LUIS NOGUEIRA GONÇALVES  
VEREADOR(A)



## **Câmara Municipal de Cabo Frio**

Av. Assunção, 760 - São Bento - CEP: 28906-200 - CABO FRIO\RJ

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Municipal a disciplinar o exercício da atividade de fotógrafos profissionais e amadores em pontos turísticos e espaços públicos de interesse turístico do Município de Cabo Frio.

A cidade possui forte vocação turística e grande fluxo de visitantes ao longo do ano, sendo a atividade fotográfica parte relevante da experiência turística, além de representar importante fonte de renda para diversos profissionais e trabalhadores da economia criativa.

Ao mesmo tempo, é necessário assegurar a organização do uso dos espaços públicos, a preservação do patrimônio histórico e ambiental, bem como a convivência harmônica entre fotógrafos, moradores e turistas. Nesse sentido, o projeto não cria obrigações administrativas diretas, tampouco estabelece taxas, licenças ou penalidades, limitando-se a autorizar o Poder Executivo a regulamentar a matéria, respeitando o livre exercício profissional e o interesse público.

Trata-se, portanto, de proposição equilibrada, juridicamente segura e alinhada aos princípios constitucionais da liberdade econômica, do direito ao trabalho e da competência municipal para tratar de assuntos de interesse local.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.